

HETEROSSEXUALIDADE COMPULSÓRIA: UMA ANÁLISE DE MODOS DE SUBALTERNIZAÇÃO NA REVISTA JORNAL DAS MOÇAS

CAETANA DE ANDRADE MARTINS PEREIRA
Universidade de Brasília (UnB)

RESUMO

O presente artigo propõe uma análise da feminilidade performada na revista *Jornal das Moças*, em exemplares veiculados no ano de 1960. A feminilidade, aqui, é pensada a partir de uma perspectiva que a desnaturaliza e evidencia a historicidade de sua construção. Aponto como os textos presentes nessa revista atuam como tecnologias produtoras de identidades gendradas, heteronormativas e racializadas. As revistas são pensadas como dispositivos que operam engendrando e hierarquizando os sujeitos. A feminilidade produzida pela revista constitui modos de subalternização em que a orientação sexual heterossexual, o casamento, a maternidade e o trabalho doméstico não remunerado são interpelações recorrentes.

PALAVRAS-CHAVE: Feminilidade performada; Heterossexualidade compulsória; Pedagogias de gênero; Raça.

ABSTRACT

The present article proposes an analysis of femininity performed in the magazine *Jornal das Moças*, in issues published in the year of 1960. Femininity is regarded from a perspective that desnaturalizes it and demonstrates the historicity of its construction. I point to how texts presented in the magazine work as technologies producing gendered, heteronormative and racialized identities. The magazines are thought of as devices that operate engendering and hierarchizing subjects. The femininity produced by the magazine constitutes ways of subalternizing in which heterossexual sexual orientation, marriage, motherhood and unpaid domestic work are recurring interpellations.

KEYWORDS: Performed femininity; Compulsory heterosexuality; Gender Pedagogies; Race.

As revistas “femininas” constituem *locus* de significações a respeito de modelos de feminilidade, são tecnologias de gênero que engendram saberes relativos a específicos modos de feminização¹. Através da análise do *Jornal das Moças*, percebemos características destes modelos, onde os corpos performados ensinam o que é, e como deve ser um corpo feminino. A reiteração de um mesmo estilo corporal é um modo de estabilização e homogeneização da imagem de feminilidade performada. As revistas “femininas” veiculadas no ano de 1960, como é o caso das que analiso neste artigo, performam imagens de feminilidade, naturalizando valores e significações historicamente situadas.

O semanário *Jornal das Moças* era uma publicação carioca da Editora *Jornal das Moças LTDA*, com circulação nacional entre os anos de 1914 e 1965. Era distribuído nas capitais do país e em algumas cidades do interior. À época dos exemplares pesquisados, ano de 1960, saía semanalmente nas bancas. É constituído principalmente por figurinos de moda (com os respectivos moldes no encarte) e riscos de bordados, mas possui também artigos sobre artistas de rádio e cinema, contos, receitas, além de colunas sobre a vida social das elites cariocas.

Inserido na revista está o suplemento “*Jornal da Mulher*” (escolhido como recorte de análise neste artigo), onde são encontradas as fotos de moda e os moldes para costura. Neste suplemento está também um campo de temáticas que interpela as/os leitoras/es em uma ordem gendrada específica: o “ser mulher”, e não mais uma “moça” (trata-se do *Jornal da Mulher* dentro do *Jornal das Moças*), por meio de conselhos e “novidades” a respeito de práticas de embelezamento, moda, e assuntos relativos à maternidade e ao casamento, por exemplo.

A publicação é endereçada às supostas leitoras, pois utiliza sempre a linguagem de interpelação ao público leitor no feminino. Além disso, parece endereçar-se mais especificamente às costureiras e bordadeiras (visto que boa parte de suas páginas apresentam moldes e riscos de bordado).

Com caráter explicitamente pedagógico, a revista evidencia seu propósito de educar suas leitoras. A publicação se apresenta como um espaço para que elas possam

dizer aquilo tudo que você quer dizer mas não sabe, que você quer saber mas não entende. Pois para isso foram criadas revistas, como *JORNAL DAS MOÇAS* que, desde 1914 não têm poupado esforços para ser de grande utilidade para todas as suas leitoras².

¹ O termo revistas “femininas” é problemático, pois indica que tais publicações são sobre mulheres. Entretanto, entendo tal tipo de publicação (como a revista *Jornal das Moças*) como uma interpelação de gênero e raça, e não como algo que diz respeito às mulheres (um sujeito muito mais plural do que publicações deste tipo têm suposto). Os temas tratados na revista não são atributos ou assuntos de mulheres, ou “femininos”, mas justamente performam uma imagem de mulher e de feminilidade que dizem representar. Quando uso o termo revistas “femininas”, esta palavra está sempre entre aspas.

² *Jornal das Moças*, Rio de Janeiro, n. 2333, 03 mar. 1960, p. 19.

Vemos que a revista, ao afirmar que irá apresentar às suas leitoras “aquilo tudo que você quer dizer mais não sabe”, se coloca no lugar de quem sabe o que a leitora precisa, indicando que ela é alguém que não sabe dizer sobre suas próprias vontades, necessidades e aspirações. Esta frase desautoriza suas leitoras sobre si mesmas, sobre a capacidade de formularem suas próprias demandas.

Nos enunciados do semanário, a revista constrói e veicula uma imagem sobre si,

(...) uma revista que tem o seu nome aureolado de glórias por essas e por outras atividades que exerce, inclusive aquela de não ter ainda avançado o sinal da moralidade. (...) O JORNAL DAS MOÇAS tem um programa. Traçou-o nos primórdios de sua existência, tem-no seguido à risca, até com prejuízos para sua própria existência. Pois bem, não sairá dele por coisa nenhuma e morrerá com êle. Será sempre uma revista para a família, embora haja quem a critique porque é uma revista nos moldes antigos³.

Aqui, o Jornal das Moças afirma que tem um “programa”, uma pedagogia explícita. Este programa parece estar ligado a um modo de moralização em que a “família” e os “moldes antigos” ancoram suas normas. A publicação, que se define como “sempre pronta para dizer tudo o que você não sabe, o que não entende”, pauta através deste “programa” os modos de existência apresentados.

Percebemos, nas notas veiculadas pela revista, esta orientação moralizante, onde a feminilidade é performada em um modelo de heterossexualidade compulsória⁴:

A mulher moderna começou a ter parte ativa na vida pública e a luta pelo voto lhe ensinou a organizar-se para obter a abolição de algumas inabilitações restantes. Porém, sua evolução política não tem prejudicado, de forma alguma, os assuntos de especial incumbência da mulher: o cuidado do lar, a maternidade, o bem estar da família, a educação dos filhos. É

³ Ibid.

⁴ Conceito desenvolvido por Adrienne Rich (2010) e amplamente utilizado por teóricas feministas (ver CURIEL, 2010, p. 24), que propõe pensar o caráter político da heterossexualidade definindo-a como uma instituição que diminui o poder das mulheres, em sociedades identificadamente masculinas. A heterossexualidade aparece como imposição institucionalizada (e naturalizada) que assegura modos de exploração, constituindo a feminilidade como subalterna. RICH, Adrienne. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. *Bagoas: estudos gays, gêneros e sexualidades*. Natal: v. 4, n. 5, jan./jun. 2010, p. 17-44. CURIEL, Ochy. *El regimen heterosexual de la nación: Un análisis antropológico lésbico-feminista de la constitucion política de Colombia de 1991*. Bogota: Universidad Nacional de Colombia, 2010.

que elas são, antes de mais nada, mulheres, situação que nenhuma carreira ou profissão consegue sobrepujar⁵.

Aqui encontramos, segundo a revista, “os assuntos de especial incumbência da mulher”. Estas são as atribuições esperadas e naturalizadas da feminilidade neste espaço; afirmar que “elas são, antes de mais nada, mulheres” significa naturalizar as funções sociais de mães, esposas, assim como o trabalho doméstico. Esta feminilidade é apresentada dentro de um campo hegemônico de heterossexualidade compulsória, o que significa dizer um regime político em que a heterossexualidade aparece como uma norma sociocultural naturalizada; em que a orientação sexual heterossexual, o casamento, a constituição da família nos moldes heterossexuais e o trabalho doméstico não remunerado aparecem como condições “essenciais” das mulheres, e não construtos histórico-culturais.

O *Jornal das Moças* se coloca reiteradamente como uma revista para a “família”. As mulheres são apresentadas em um assujeitamento à seus supostos atributos “naturais”: o cuidado do lar, do marido e das/os filhas/os. A heterossexualidade compulsória se mostra um conceito útil para pensar como, nesta revista, relações hierárquicas de poder são estabelecidas, mantidas e atualizadas. Na publicação, o casamento heterossexual aparece como norma e desejo, e assim prescrito a partir de regras veiculadas e reafirmadas:

MANDAMENTOS DA ESPÔSA ITALIANA

- I – Ama a teu marido sôbre todas as coisas e a teu próximo o melhor que possas, mas recorda-te que o lar pertence a teu marido e não a teu próximo.
- II – Considera a teu marido como a um hóspede de honra, como a um precioso amigo e não como a uma amiga a quem se contam as pequenas mortificações da existência. Se podes passa sem essa amiga.
- III – Que a casa esteja em ordem e teu rosto sorridente na hora do teu marido regressar ao lar, mas, se isso não puder acontecer, desculpa-te da melhor maneira.
- IV – Não peças coisa alguma supérflua para a casa. Se podes fazê-lo, exige somente alegre, um pouco de espaço livre e tranquilidade para os filhos.
- V – Que teus filhos estejam sempre bem arranjados e limpos e que tu, como eles, esteja limpa e arranjada.
- VI – Lembra-te que te casaste com ele para acompanhá-lo na boa ou má sorte. Se todo mundo o abandona, debes conservar suas mãos entre as tuas.
- VII – Se ainda vive a mãe de teu marido, lembra-te que toda a tua bondade e abnegação serão poucos para aquela que o acalentou em seus braços quando criança.
- VIII – Não peças o impossível; se és útil, já és ditosa.

⁵ *Jornal das Moças*, Rio de Janeiro, n. 2338, 07 abr. 1960, p. 24.

IX – Se sobrevém a desgraça, não desanimes nem te desesperes: a calma voltará. Tem confiança em teu marido, e êle terá coragem pelos dois.

X – Se teu marido se afasta de ti, espera-o. Pois não és apenas sua esposa, és a honra de seu nome. Um dia êle voltará agradecendo-te a indulgência e admirando-te ainda mais⁶.

É importante notar que o título desta nota indica um primeiro campo de sentidos deste discurso: a colonialidade⁷. A esposa italiana aparece como universo de referência para a feminilidade performada. É a mulher branca, europeia que é apresentada como norma do que significa ser uma esposa. Portanto, trata-se de um modo de racialização eurocêntrico colonial, onde a branquitude configura um horizonte. A colonialidade se faz evidente porque a esposa italiana se torna o espelho ou a referência de feminilidade, distanciando-se da realidade multi-étnica do país. O horizonte racial apresentado pela revista é um modo de reiterar as hierarquias eurocêntricas de raça e cor.

A referência à bíblia, aos 10 Mandamentos, remete a outro campo de sentidos: a um conjunto de leis divinas. Situando-se no campo de referências de valores cristãos, a revista faz uma adaptação dos 10 Mandamentos, endereçando um específico conjunto de ordens para as mulheres-esposas. Note-se que não se tratam de recomendações, mas de ordens que se pretendem divinas, de mandamentos, estabelecendo a feminilidade matrimonial em uma moralidade patriarcal e no campo de referência judaico-cristão⁸.

Chamo a atenção para o fato de aparecerem, em alguns momentos, imagens de vestidos de noivas após textos que providencialmente relatam “pesquisas científicas” referentes ao desejo do matrimônio. Em outra nota, intitulada “Elas querem o diploma mas também um marido!”, é narrada uma

⁶ *Jornal das Moças*, Rio de Janeiro, n. 2329, 04 fev. 1960, p. 23.

⁷ Conceito elaborado por Anibal Quijano (2010) que diz respeito a um regime de poder eurocêntrico-capitalista que habitamos e que nos habita a todas/os (FILHO, 2008). Se funda em uma ideia de desenvolvimento, impondo padrões econômicos, políticos, morais e epistemológicos sobre povos latino-americanos, africanos e asiáticos “não apenas para estabelecer um mecanismo de criação e expansão dos estados-nação desenvolvidos, mas para a própria criação da identidade europeia (e estadunidense)”, que se afirma por intermédio da expropriação (NASCIMENTO, 2010, p. 24-25). O colonizador invisibiliza e subalterniza o imaginário do outro para a afirmação do próprio imaginário. A “raça” é a classificação social fundante da colonialidade do poder. A racialização sustenta e legitima o caráter eurocentrado deste padrão de poder, dividido entre dominantes “europeus” e dominados “não-europeus”. QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, Boaventura de Sousa & MENESES, Maria Paula (orgs.). *Epistemologias do sul*. São Paulo: Cortez, 2010, p. 84-130. FILHO, Jorge Pereira. Entrevista com o sociólogo peruano Anibal Quijano. *Brasil de Fato*, 2008. Disponível em: <http://historiaemprojetos.blogspot.com/2008/10/entrevista-com-o-sociologo-peruano-anibal.html>. Acesso em fevereiro de 2014. NASCIMENTO, Wanderson Flor do. *Por uma vida descolonizada: diálogos entre a bioética de intervenção e os estudos sobre a colonialidade*. 2010. 128 f. Tese (Doutorado em Bioética), Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

⁸ Apresento esta nota para que a/o leitora/r tenha uma ideia da retórica da revista. Não analiso aqui os campos discursivos presentes neste trecho, entretanto as principais matrizes discursivas serão posteriormente analisadas ao longo deste artigo.

pesquisa na Suécia⁹ que demonstraria a tendência de estudantes ao matrimônio, durante o ensino superior. “Isto acontece de um modo especial com as moças – esclarece o professor sueco – pois, em muitos casos, na Europa, principalmente, assim que elas ingressam nas universidades, procuram não apenas conseguir o diploma, mas também um marido...”¹⁰. Estes discursos indicam e naturalizam o casamento heterossexual como vontade imperativa – as mulheres ingressam nas universidades não apenas para estudar, mas também para “conseguirem um marido”, de acordo com a publicação.

Em outra nota, há também um uso retórico do “científico” para autorizar o programa de sexo/gênero da revista. Desta vez uma “enquete”, onde, com os títulos e subtítulos “Todas as mulheres sonham com um lar” e “CASAMENTO: O MAIOR DESEJO” (texto em caixa alta), a revista ensina que o maior desejo das mulheres é o casamento:

Uma “enquete” recentemente realizada pela YWCA (Associação Cristã de Moças), nos Estados Unidos, revelou aspectos bem impressionantes sobre os desejos e aspirações das mulheres, no que tange ao futuro de cada uma delas. (...) Todos os três grupos de entrevistadas revelaram, numa quase unanimidade, que o maior desejo das mulheres, quanto ao futuro, é o casamento. Casar, ter filhos e não precisar trabalhar fora. Preferem elas, como se verifica, criar um verdadeiro lar, dedicando-se, exclusivamente, a cuidar dos filhos e do marido. (...) ¹¹.

156

O casamento, o “maior desejo de todas as mulheres”, aparece reafirmando prescrições ordenadoras das relações entre as pessoas. As imagens e os textos do *Jornal das Moças* produzem performativamente o desejo do casamento, naturalizando-o. Produzindo o efeito de uma “essência” das mulheres, na qual a união heterossexual e sua institucionalização, o casamento, aparece como o “maior desejo”, a revista performa um mundo em que estes programas de sexo/gênero constituem a própria feminilidade.

Adrienne Rich, nesse sentido, propõe uma reflexão sobre a natureza e a extensão das pressões heterossexuais. Rich pensa a idealização do “amor romântico” e do casamento hetero como algumas das formas de manifestação do poder masculino, expressando o controle da consciência feminina e naturalizando a opressão. A mística do romance heterossexual, do casamento como destino, “irradiada na jovem desde sua mais tenra infância por meio dos contos de fada, da televisão, do cinema, da propaganda, das canções populares”¹², serviria de eficaz instrumento de perpetuação da dominação masculina (referindo-se à produção da feminilidade nesses mundos ocidentais).

⁹ Nas notas do *Jornal das Moças*, é recorrente o uso de “pesquisas” e “dados estatísticos” para justificar o programa de sexo/gênero promovido pela publicação. Estas “pesquisas” são, em sua maioria, provenientes de países da Europa ou dos Estados Unidos. Isto é também é uma marca da colonialidade na revista.

¹⁰ *Jornal das Moças*, Rio de Janeiro, n. 2346, 02 jun. 1960, p. 28-29.

¹¹ *Jornal das Moças*, Rio de Janeiro, n. 2358, 25 ago. 1960, p. 28.

¹² RICH, op. cit., p. 31.

Em outras palavras, podemos pensar que muitas mulheres se constituem em um espaço social em que a percepção de si é marcada pelas pedagogias do “amor romântico” e do casamento heterossexual, de modo que uma sensibilidade específica é produzida, onde subalternidade e dependência são centrais. Tais pedagogias atuam na produção de modos de ser e pensar e sentir, e apresentam mundos, performam mundos que se apresentam como universos possíveis ou ideais.

Assim, na “pesquisa” veiculada pelo *Jornal das Moças* (um suposto estudo científico criteriosamente elaborado), aprende-se que “o maior desejo das mulheres (...) é o casamento. Casar, ter filhos e não precisar trabalhar fora. Preferem elas, como se verifica, criar um verdadeiro lar, dedicando-se, exclusivamente, a cuidar dos filhos e do marido”¹³. Este desejo e esta aptidão são afirmados como próprios da “natureza” das mulheres. Pedagogicamente, a revista institui desejos e reifica posicionamentos politicamente interessados¹⁴.

Nesse sentido, é preciso problematizar a naturalização do cuidado materno, e a demanda de que as mulheres sejam as provedoras do cuidado e conforto em outras esferas. Na revista, percebemos as relações naturalizadas de cuidado mãe-filha/o se estenderem às relações mulheres-homens. Podemos pensar aqui esta demanda dentro do campo de sentidos da heterossexualidade compulsória, pensar “o reforço da heterossexualidade para as mulheres como um meio de assegurar o direito masculino de acesso físico, econômico e emocional a elas”¹⁵. No *Jornal das Moças*, as mulheres são ensinadas e incentivadas reiteradamente a cuidar do marido, das/os filhas/os e do “lar”:

UMA SAGRADA TAREFA

A boa mãe de família é aquela que cuida do bem estar e comodidade de todos os seus, para os quais prepara uma perfeita saúde física e moral e lhes faz a vida mais agradável e prazerosa.

Cumprindo sua tarefa com amor e com gosto e emprestando à sua missão um pouco de sua alma, certamente encontra singularmente aliviado seu trabalho, os pormenores mais fastidiosos se tornarão fáceis. (...)

¹³ *Jornal das Moças*, Rio de Janeiro, n. 2358, 25 ago. 1960, p. 28.

¹⁴ É importante ressaltar que a feminilidade produzida pela revista é uma feminilidade branca, que performa imagens de mulheres pertencentes às classes médias e às elites do país. Sueli Carneiro aponta que as mulheres negras nunca se reconheceram neste “mito da rainha do lar” performado pela publicação. “Nosotras – las mujeres negras – (...) somos parte de un contingente de mujeres que trabajaron durante siglos como esclavas labrando la tierra o en las calles como vendedoras o prostitutas. Mujeres que no entendian nada cuando las feministas decían que las mujeres debían ganhar las calles e trabajar.” CARNEIRO, Sueli. *Ennegrecer al feminismo. Feminismos Disidentes en América Latina y El Caribe* - Nouvelles Questions Feministas. Paris/México: v. 24, n. 2, 2005, p. 21-26.

¹⁵ RICH, op. cit., p. 34.

A idéia de predomínio deve ser abandonada por completo, exercendo, ao contrário, a difícil tarefa com responsabilidade e cordura¹⁶.

A expressão do título "sagrada tarefa" novamente faz referência a um campo de sentidos religiosos, performando (por associação) a feminilidade matrimonial em um específico universo de valores. O cuidado com a família, a dedicação, o trabalho com prazer, a abnegação são apresentados como características desejadas nas mulheres, e ao mesmo tempo atributos naturalizados de esposas, mães e "donas de casa"¹⁷. O "lar" é mostrado recorrentemente como seu espaço de investimento e ação. O *Jornal das Moças* produz e atualiza significações que relacionam as mulheres ao espaço da domesticidade.

A participação dos homens no trabalho doméstico aparece raramente nos exemplares analisados, e, quando acontece, não é considerada "harmônica com a natureza masculina"; aparece na revista como "injusto" exigir "precisão nos assuntos domésticos"; ou então aparece em textos que encorajam nitidamente a função como de máximo interesse das "donas de casa":

(...) É razoável a cooperação do marido na manutenção da ordem do lar. Seria injusto, no entanto, da parte da esposa, exigir do marido precisão e minúcia absolutas nos assuntos domésticos, nem sempre harmônicos com a natureza masculina¹⁸.

158

Deve a mulher receber auxílio do marido nos trabalhos domésticos?

Segundo o ponto-de-vista de um psicólogo americano, os trabalhos domésticos não têm efeito negativo. Através de estatísticas, constatou ele que em 100 mulheres que têm auxílio dos maridos (ou de empregadas) no trabalho da casa, somente 33 chegam à idade avançada, enquanto que de cada 100 que se propõem elas mesmas a cuidar de seus trabalhos, 96 chegam à idade de 80 anos (...)¹⁹.

Aqui novamente vemos o uso de um discurso que se ancora em uma autoridade tomada como científica (as estatísticas e um psicólogo) para reafirmar uma imagem que a revista reiteradamente produz sobre o que é ser mulher. O trabalho doméstico ou o "cuidado com o lar", como muitas vezes é

¹⁶ *Jornal das Moças*, Rio de Janeiro, n. 2363, 29 set. 1960, p. 20.

¹⁷ Uso a expressão "donas de casa" entre aspas pois é de uso corrente na revista, é uma categoria nativa. Esta é uma expressão problemática que relaciona as mulheres de forma imediata e naturalizada ao espaço doméstico. As "donas de casa" não são proprietárias, mas trabalhadoras domésticas, ou administradoras do espaço doméstico. O casamento é o que torna uma mulher "dona de casa". Ou seja, ao estabelecer uma relação matrimonial com um homem, um campo de trabalho não remunerado e invisibilizado é automaticamente atribuído a mulher. O trabalho doméstico camuflado de identidade feminina (a identidade "dona de casa") é um modo de exploração do tempo e da energia das mulheres.

¹⁸ *Jornal das Moças*, Rio de Janeiro, n. 2356, 11 ago. 1960, p. 29.

¹⁹ *Jornal das Moças*, Rio de Janeiro, n. 2332, 25 fev. 1960, p. 23.

apresentado, é tratado como uma atribuição natural das mulheres ou como algo que as beneficia (aumentando sua expectativa de vida). Este trabalho doméstico feminizado não é nunca problematizado ou questionado como trabalho não pago.

Em outra nota, as estatísticas desencorajam o trabalho fora de casa, e, ainda quando o mesmo aparece, o vínculo com o cuidado da casa, das/os filhas/os e do marido é reforçado:

ANTES DE TUDO ELAS SÃO ESPOSAS E MÃES

A melhor prova de que a mulher moderna não sacrifica os seus deveres de esposa, de mãe e de dona de casa, a fim de se dedicar a outras atividades, tais como a social, a política, a industrial, etc., pode ser dada através das estatísticas, pois não é errado dizer que, na maioria dos casos, os números falam mais do que as palavras.

Segundo revelaram estatísticos norte-americanos, vinte milhões de mulheres trabalham, atualmente, nos Estados Unidos, sendo que mais de nove milhões delas são casadas e dirigem pessoalmente seus lares.

Com base, ainda, nas estatísticas, podemos informar, levando em conta recentes dados oficiais que existem hoje na China duzentos e cinquenta milhões de mulheres trabalhando na agricultura, na indústria e no comércio. A quase totalidade dessas mulheres são de família e todas elas representam a contento o seu papel de donas-de-casa²⁰.

A nota aparece na seção "Feminismo à varejo", no *Jornal das Mulheres* – este é o feminismo que a revista propõe à suas leitoras. Os "deveres de esposa, de mãe e de dona de casa" parecem ser apresentados paradoxalmente como normas (deveres) e uma escolha ou vocação das mulheres. Usando um raciocínio vago, com palavras de ordem conclusivas, mas sem argumentos, as afirmações pretendem se justificar em estatísticas (em um discurso pretensamente neutro e/ou científico, dito estatístico), para defender um ponto: o trabalho doméstico é uma atribuição feminina.

Afirma-se que "todas elas representam a contento o seu papel de donas-de-casa". O lar, a família, o marido, as/os filhas/os aparecem como prioridades inquestionáveis (nesta nota, conciliados ao trabalho fora de casa, estabelecendo a dupla jornada de trabalho). Tania Navarro-Swain, discutindo sobre revistas "femininas", observa que, de fato, "o que se nota é uma certa condescendência em relação à mulher profissional, cuja atividade seria apenas

²⁰ *Jornal das Moças*, Rio de Janeiro, n. 2346, 02 jun. 1960, p. 28.

um acréscimo às suas tarefas habituais, nunca uma modificação da divisão 'natural' do trabalho"²¹.

Na nota a seguir percebemos que, para o *Jornal das Moças*, a rua não constitui espaço "natural" de deslocamento das "donas de casa", pois aqui são dadas como "menos aptas" para circular por este espaço²²:

CORREM MAIS RISCO AS DONAS-DE-CASA

As delegacias de trânsito da Alemanha ocidental iniciaram uma série de cursos instrutivos dedicados às donas-de-casa, pois, segundo o estudo das estatísticas, elas são mais propensas aos acidentes de trânsito²³.

Os ditos "estudos" e "estatísticas" publicados pela revista afirmam que as "donas de casa" são mais propensas aos acidentes de trânsito. É preciso se perguntar o que significa ser "mais propensa" a tais acidentes. Do que se trata essa afirmação? Estas "pérolas informativas" apresentadas pela revista carecem de qualquer argumentação mínima, de qualquer evidência sustentada. Em uma completa (des)articulação argumentativa, a revista está repleta de falsos encadeamentos, com enunciados sem qualquer conexão. Recorrentemente, informações parcas e inconclusivas são acompanhadas de afirmações retumbantes sobre as mulheres, que aparecem educadas para a função de "dona de casa", como observamos a seguir:

160

PALAVRAS SENSATAS

Disse R. Dias-Alejo: "Para que a família melhore integralmente, há que instruir à mulher em assistência social técnica e em economia doméstica (...)"²⁴.

Instruídas para melhor desempenharem sua "vocação" – estas são as marcas do modelo de feminilidade instituído pela publicação. Nesta revista, as mulheres aparecem repetidamente definidas a partir das ocupações domésticas, do cuidado com o marido e com as/os filhas/os. Aparecem definidas também pelas características consideradas próprias desta feminilidade, como instinto materno, bondade, abnegação, doçura. Características essencializadas que configurariam o que Navarro-Swain chama de "verdadeira mulher" quando discute sobre as imagens de feminilidade performadas nas revistas "femininas": "aquela que é constituída para o amor, para a maternidade, para a sedução, a complementação do homem, costela de Adão reinventada"²⁵. Na publicação, a

²¹ NAVARRO-SWAIN, Tania. Feminismo e Representações Sociais: A Invenção das Mulheres nas Revistas "Femininas". In: *História: Questões & Debates*. Curitiba: Editora da UFPR, n. 34, p. 11-44, 2001, p. 21.

²² Note-se que a revista performa uma feminilidade racializada, onde as mulheres pobres e não-brancas são invisibilizadas. (ver CARNEIRO, op. cit., p. 22).

²³ *Jornal das Moças*, Rio de Janeiro, n. 2348, 16 jun. 1960, p. 21.

²⁴ *Jornal das Moças*, Rio de Janeiro, n. 2349, 23 jun. 1960, p. 25.

²⁵ NAVARRO-SWAIN, op. cit., p. 20.

“verdadeira mulher” aparece em fotografias e desenhos marcados racialmente pela branquitude como ordem estética.

Desta maneira, a família heterossexual e estes atributos essencializados na “verdadeira mulher” (sedução, maternidade, submissão, altruísmo, abnegação) constituiriam, na revista, matrizes de inteligibilidade, historicamente situadas. Monique Wittig sustenta que o conceito de “mulheres” nunca foi um conceito simples e também propõe pensa-lo como uma construção política; e afirma que a acusação dirigida às que resistiam ao conceito, como as lésbicas, era a de que não eram mulheres “verdadeiras”²⁶.

A heterossexualidade compulsória, nesse sentido, naturaliza relações que estão na base da sociedade (heterossexual), mas que são historicamente contingentes. Para Wittig,

Em nossas mentes e em nossos corpos somos levadas a corresponder, característica a característica, à idéia da natureza que foi estabelecida para nós; tão pervertida que nosso corpo deformado é o que eles chamam “natural”, o que supostamente existia antes da opressão; tão distorcido que no final das contas a opressão parece ser uma consequência dessa “natureza”, dentro de nós mesmas (uma natureza que é somente uma idéia) (...) ²⁷.

161

O sujeito lesbiano oferece, para a autora, a única possibilidade social de se viver livremente, pois a lésbica não é uma “mulher” – as mulheres só podem ser pensadas dentro de um campo político e econômico de heterossexualidade compulsória²⁸. Nas palavras de Wittig,

(...) o que faz uma mulher é uma relação social específica com um homem, uma relação que chamamos servidão, uma relação que implica uma obrigação pessoal e física e também econômica (“residência obrigatória”, trabalhos domésticos, deveres conjugais, produção ilimitada de filhos etc.), uma

²⁶ WITTIG, Monique. Ninguém nasce mulher. 1980. Disponível em: <http://mulheresrebeldes.blogspot.com/2009/04/ninguem-nasce-mulher.html>. Acesso em dezembro de 2013.

²⁷ Ibid.

²⁸ Sojourner Truth, em seu discurso “Ain’t I a woman?”, de 1851, também coloca em questão a identidade “mulher”, entretanto em outro sentido, pois aponta para a invisibilização das questões raciais: “That man over there says that women need to be helped into carriages and lifted over ditches, and to have the best place everywhere. Nobody ever helps me into carriages, or over mud-puddles, or gives me any best place! And ain’t I a woman? Look at me! Look at my arm! I could have ploughed and planted, and gathered into barns, and no man could head me! And ain’t I a woman? I could work as much and eat as much as a man - when I could get it –and bear the lash as well! And ain’t I a woman? I have borne thirteen children, and seen them most all sold off to slavery, and when I cried out with my mother’s grief, none but Jesus heard me! And ain’t I a woman?” (Truth, 1851). TRUTH, Sojourner. Ain’t I a woman?. 1851. Disponível em: <http://www.fordham.edu/halsall/mod/sojtruth-woman.asp>. Acesso em fevereiro de 2014.

relação a qual as lésbicas escapam quando rejeitam tornar-se ou seguir sendo heterossexuais (...) ²⁹.

O “pensamento hetero” se mostra evidente nos discursos da revista, onde não há questionamento da heterossexualidade como elemento fundante da opressão/construção da feminilidade. As práticas discursivas da revista performam uma imagem da feminilidade relacionada a uma “ideia de natureza que foi estabelecida para nós”, como diz Wittig. Entretanto, essa feminilidade performada constitui uma “relação social específica com um homem”, em que uma série de obrigações estão envolvidas, assim como posições de subalternidade estão implicadas.

O *Jornal das Moças* institui e reifica práticas normativas de sexo-gênero, contribuindo para a construção de uma feminilidade heteronormativa e subalterna. Constituem discursos que, em seu conjunto de imagens e sentidos, veiculam normas regulatórias que organizam e qualificam corpos e sensibilidades, que delineiam modos de ser e estar no mundo, estabelecendo hierarquias de gênero, raça e classe.

A maternidade, requisito fundante da heterossexualidade compulsória, aparece recorrentemente na publicação. Por meio do “dever sagrado” de ser mãe, a existência das mulheres é afirmada pela sua capacidade reprodutora. A maternidade, ou o “instinto materno”, são tidos como atributos “naturais”, como aparece na seção *Evangelho das Mães*:

Tôdas as mães sabem contar contos ou, falando melhor, todas as mulheres, e até a mais rude, encontra no íntimo de seu espírito a imagem longínqua que lhe serve para elaborar o conto infantil de que necessita, frente ao olhar interrogante e ansioso da criança.

Os melhores contos não são, precisamente, aqueles que formam parte das antologias, são os que as mães sensíveis “compõem” para seus filhos ³⁰.

Todas as mulheres, de acordo com a revista, têm “no íntimo de seu espírito” a vocação para a maternidade. É algo que faz parte da sua constituição, do “ser mulher”. Por meio de notas e imagens, a revista segue construindo e atualizando os contornos da “verdadeira mulher”, e de seu “destino natural”, o casamento e a maternidade. A capacidade de reprodução aparece com o peso “de uma fatalidade que definiria a mulher enquanto *verdadeira* mulher” ³¹. Para Tania Swain, a maternidade, uma função orgânica,

é promovida em termos simbólicos a um nível identitário, essencial, portadora de um destino social ancorado no corpo. Objetiva-se, desta forma, a imanência que faz das mulheres este corpo fractal: é a apropriação social do corpo construído

²⁹ WITTIG, 1980.

³⁰ *Jornal das Moças*, Rio de Janeiro, n. 2345, 26 mai. 1960, p. 25.

³¹ NAVARRO-SWAIN, Tania. “Meu corpo é um útero? Reflexões sobre a procriação e a maternidade”. In: STEVENS, Cristina (org.). *Maternidade e feminismo: diálogos interdisciplinares*. Florianópolis: Ed. Mulheres; Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2007, p. 203.

em mulher que confere a todas as mulheres um destino biológico, quase uma fatalidade³².

A heterossexualidade compulsória aparece, na revista, instituindo uma noção de "família", especificamente o núcleo familiar constituído pela mãe, pai e filhas/os – uma articulação entre casamento, maternidade e heterossexualidade³³. As mulheres são pensadas dentro de um campo político e econômico hierárquico:

Assim, por um lado, o discurso da "natureza" faz da possibilidade de procriação a essência da mulher, tirando-lhe ao mesmo tempo o papel de sujeito e a posse de seu corpo; por outro, a instituição do casamento, em particular, e da heterossexualidade obrigatória, em geral, fazem com que as mulheres possam ser apropriadas individual e coletivamente pelos homens, em sua força de trabalho e em sua sexualidade³⁴.

O Jornal das Moças expõe, desta maneira, suas regras: reafirma a maternidade como "essência" das mulheres, a heterossexualidade como fundamento dos corpos que se fazem femininos e o casamento como desejo e destino de todas, determinando a domesticidade como espaço "natural" e esperado das mulheres, e a branquitude como horizonte estético-racial. Percebemos que a revista atua na construção de uma feminilidade específica (androcêntrica e eurocêntrica) que é apresentada como norma e como ordem da feminilidade.

163

Sobre a autora

Caetana de Andrade Martins Pereira possui graduação (2002) em Comunicação Social (Jornalismo) pelo UniCEUB e mestrado (2013) em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília (PPGHIS/UnB). E-mail: caetanamartins@gmail.com.

Artigo recebido em 04 de fevereiro de 2015.

Aprovado em 30 de abril de 2015.

³² NAVARRO-SWAIN, 2007, p. 205.

³³ Ibid., p. 219.

³⁴ Ibid., p. 211.